

Antigo administrador da Renamo alerta para falhas graves no DDR

Por André Cateuira, em Manica

Daniel Campira, 61 anos e 15 filhos, é ex-guerrilheiro e dirigiu o distrito de Caia (Sofala) como administrador indicado pela Renamo, na parilha de governação com a Frelimo (no poder), durante e pouco depois do fim da guerra civil em Moçambique, em 1992. Campira alerta para falhas graves na implementação do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) - que resultou do acordo de paz de Maputo, de 2019 -, o que pode gerar novos conflitos.

Foi recrutado pela guerrilha em 1982 em Maringue, e foi levado para a base onde se encontrava Afonso Dhlakama, e, após treinos e vários anos na guerrilha, trabalhou como oficial do comando-geral. Em 1989 foi desvinculado para o campo político.

Nesta altura, foi indicado por Afonso Dhlakama como administrador do distrito de Caia, onde exerceu funções até ser desmobilizado com a patente de major, em 1994, com o fim (em 1992) da guerra civil, que durou 16 anos. Após a desmobilização, continuou como administrador de Caia.

Quando ainda vigorava o acordo de parilha de governação dos administradores da Renamo e da Frelimo, ainda em 1994, Daniel Campira foi enviado para Beira, a capital de Sofala, com a finalidade de discutir os postos (distritos) que seriam divididos entre os dois partidos.

Na altura, o governador de Sofala, Francisco de Assis Masquil, atribuiu a maioria dos distritos de norte de Sofala a



Daniel Campira

administradores da Renamo, mas, pouco depois, com o anúncio dos resultados das primeiras eleições multipartidárias - ganhas oficialmente pela Frelimo - cessaram os administradores do maior partido da oposição um por um e deram lugares aos da Frelimo, até perderem o controlo de todos os distritos.

Em 1995, regressou para o distrito de Bárue (Manica) sua terra natal, mas voltaria a integrar a guerrilha em 2012 na base de Mussianhalo (Barué), para responder "o chamado da revolução", convocado pelo líder histórico, Afonso Dhlakama, que já vinha a denunciar falhas graves na implementação do Acordo Geral de Paz (AGP) de Roma.

Assumiu a patente de tenente-coronel até ser desmobilizado novamente, em 2021, quando regressou à vida civil, e estranha-se que as mesmas falhas estejam a se repetir na implementação do DDR.

A título de exemplo, anotou que alguns ex-guerrilheiros enquadrados na Polícia da República de Moçambique (PRM) já foram desvinculados, e nenhuma promessa de terreno e



Lurdes Antónia, ex-guerrilheira, num campo de cultivo apoiado pelo DELPAZ em Nhampassa, em Bárue

a aparecer, estamos a ver a melhoria na vida daquela população, onde havia ataques, e queremos que mais ex-guerrilheiros sejam beneficiados com o DELPAZ", explica Daniel Campira, em declarações ao **SAVANA**.

O distrito de Bárue concentra o maior número de desmobilizados - 140 ex-guerrilheiros da Renamo no DDR -, ao nível da província de Manica.

O programa DELPAZ, lançado em Outubro de 2021 com o objectivo de apoiar a consolidação da paz nos distritos mais afectados pelo conflito através de iniciativas económicas e de inclusão social, dá especial atenção à criação de oportunidades para jovens, mulheres, bem como ex-combatentes e suas famílias, e já beneficiou directamente um total de 25 ex-



Mateus Mabuleza

-guerrilheiros e seus filhos apenas no distrito de Bárue.

Em todos os cinco distritos da província de Manica, mais de 1500 pessoas já se beneficiaram do DELPAZ, que está a implementar projectos nas áreas de agricultura, infra-estruturas e empreendedorismo, para asse-

gurar a reintegração económica e social de todos os ex-combatentes, suas famílias e comunidades rurais atingidas pelo conflito para alcançar uma paz duradoura em Moçambique. "Temos de lutar para a paz, para não correr o risco de voltarmos à guerra. Nós queremos a paz definitiva defendida por Afonso Dhlakama. Não a paz de cobrar senhas quem carrega lenha na cabeça para ir vender e conseguir sustentar sua família", vinco um outro ex-guerrilheiro, Mateus Mabuleza.

Também desmobilizado com a patente de tenente-coronel, Mateus Mabuleza, pede que os projectos em curso beneficiem mais ex-guerrilheiros até atingirem uma estabilidade social e económica, para não gerar revoltas e insatisfação e dar espaço para novos conflitos no futuro.

"Acho que a paz ainda não é a paz verdadeira", precisou Mateus Mabuleza, insistindo para que os parceiros de cooperação continuem a ajudar na reconciliação genuína dos moçambicanos durante a execução dos seus projectos.

Por sua vez, Francisco Bomba, 64 anos, diz que Moçambique tem condições para criar condições de se viver "sem rixas" entre o governo e os ex-guerrilheiros da Renamo.

"Nós queremos paz definitiva, uma paz verdadeira, não uma paz de 'maneira, maneira'. Todos devemos sentir essa paz", defendeu Francisco Bomba, restando que os projectos desenhados para ex-guerrilheiros deviam ser implementados até estes atingirem uma estabilidade social e financeira, que lhes garanta uma independência na sobrevivência.



Mateus Mabuleza